



# INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM RISCO: A AMÉRICA LATINA E O FUTURO DA LUTA SOCIAL

**E**ra princípio de mais uma quente noite de abril na capital mineira, porém, nada havia de comum sobre aquela noite. Em ocasião de sua última visita ao Brasil, na qual proferiu conferência na Universidade Federal de Minas Gerais em ciclo comemorativo dos 90 anos da instituição, sociólogo e intelectual português, Boaventura de Sousa Santos, havia concordado em conceder uma entrevista exclusiva à Revista de Ciências do Estado. O clima na sala era de euforia e todas as editoras reunidas na ocasião comemoravam o resultado de ousadia: jamais imaginávamos conseguir aquela entrevista, mas dada a oportunidade e nossa já demonstrada sorte (havíamos publicado na edição anterior uma entrevista exclusiva com o pensador franco-brasileiro Michael Löwy), seria loucura não tentarmos. Era um momento histórico para a REVICE,

uma revista discente que em seus poucos anos de trajetória, já havia alcançado façanhas que revistas renomadas jamais haviam imaginado. Depois de algumas modificações no cenário e alguns testes de câmera, estávamos prontas e pontualmente às 19h, nosso entrevistado chegou no auditório. Utilizamos do assunto “quebra-gelo” universal: o clima. Daí, partimos a uma breve apresentação de nosso periódico e o restante da conversa fluiu naturalmente. Essa naturalidade é visível em toda a entrevista, que pode ser conferida na Íntegra em nosso canal do YouTube ([https://www.youtube.com/channel/UC-9\\_rWk5Rg2DnV8I2mJ3M-w](https://www.youtube.com/channel/UC-9_rWk5Rg2DnV8I2mJ3M-w)). A versão que se segue consiste em uma adaptação escrita, baseada na transcrição do diálogo estabelecido naquele dia 26 de abril de 2017, no qual Boaventura proferiu-nos uma aula particular sobre instituições democráticas e direitos

sociais, reforma política e manifestações sociais. Agradecemos imensamente ao nosso entrevistado, pela disponibilidade e pela atenção com que nos atendeu e esperamos nos encontrar novamente, para mais debates frutíferos, se possível, em tardes mais amenas.

**Jacqueline Ferreira Torres**

Editora Chefe Adjunta da Revista de Ciências do Estado

\*\*\*

**REVICE:** Em seu livro *A difícil democracia*, lançado no Brasil no fim de 2016, o senhor enfatiza que, em países da América Latina e do Sul da Europa, há uma tendência à forte instabilidade política. Em que medida o senhor considera que o Brasil tenha confirmado essa tese e qual sua análise sobre esse processo?

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** Não há dúvidas de que a democracia brasileira neste momento, bem como em outros países, está sujeita à forte pressão. Podemos chamar isso de instabilidade política. De fato, temos que ter em mente que a consistência e a estabilidade das instituições democráticas de alguns países da América Latina, como o Uruguai,

a Costa Rica ou o Chile, são relativamente mais fortes do que em outros países, um pouco mais instáveis na América Latina.

No caso do Brasil, nós assistimos, desde 1985 pelo menos, um processo democrático extremamente rico e interessante, com potencialidades enormes para ser cada vez mais inclusivo. A partir do momento em que teve à frente o presidente Lula o país mostrou ainda mais essas capacidades. No século XXI, a América Latina era o único continente em que se observam agendas progressistas em nome de uma transformação social. Sua nomenclatura era indeterminada, entre anticapitalistas ou socialista do século XXI, mas era utilizada em vários países, demonstrando, portanto, uma grande pujança no sistema democrático. Esse sistema, se auto intitulava como uma forma de social democracia à latino americana, como disse uma vez o ex-presidente Lula. Na ocasião, Lula lamentava, aliás, que os europeus tivessem abandonado a social democracia, os direitos sociais e econômicos num momento em que a América Latina e o Brasil estavam realmente interessados na promoção e consolidação desse tipo de democracia.

Portanto, tudo apontava para a concretização desse sistema democrático,

com fortes potencialidades inclusivas em sociedades extremamente desiguais, como são as da América Latina. Inaugura-se, assim, um sistema lento de inclusão, uma vez que, normalmente, as desigualdades sociais são hostis em processos de inclusão típicos e próprios da democracia. De todo modo, haviam sinais de progresso e de avanço dessas instituições.

Entretanto, assistimos não só no Brasil, como em outros países da América Latina, a fenômenos que, de uma ou de outra forma, que apontam para uma maior instabilidade das instituições democráticas. Vimos isso em Honduras, com o golpe que impediu Manoel Zelaya, presidente eleito, de continuar à frente do país. Em seguida, veio um golpe institucional do mesmo tipo no Paraguai, com o presidente Fernando Lugo. Notamos outras manifestações que demonstraram que esse modelo democrático, que trazia tantas promessas, dava sinais de instabilidade: na Argentina, na Venezuela, no Equador. E, finalmente, no Brasil, com seu desfecho sem precedentes o mundo: pouco tempo depois da eleição do segundo mandato da presidente Dilma, se faz apelo ao *impeachment*. Tudo isso era um sinal de que esse modelo não era tão estável.

E ao que se deve essa instabilidade?

Talvez, nos casos concretos que agora falei, estiveram relacionados com o modelo de desenvolvimento econômico que não era sustentável. Modelo este que é assentado na exploração sem precedentes dos recursos naturais, devido aos altos preços das *commodities*, dos produtos agrícolas, dos produtos minerais no mercado internacional, devido ao grande desenvolvimento da China. Portanto, era uma conjuntura que permitia aos Estados fazerem alguma redistribuição social, o que é próprio dos governos de esquerda, sem porém alterar o sistema político, a estrutura de desigualdade social do país, nem o sistema tributário, permitindo no fundo que os ricos continuassem a enriquecer como sempre fizeram na América Latina e que os pobres passassem a ser um pouco menos pobres devido as políticas de redistribuição que foram implementadas. No entanto, não havia condições para que este governo de inclusão social por via democrática pudesse continuar se os preços das *commodities*, dos produtos e dos recursos naturais pudessem ser abalados, como aconteceu.

No momento em que esses preços internacionais baixaram e voltaram àquilo que sempre foram, as políticas redistributivas não poderiam continuar da mesma forma como tinham sido aplicadas,

na medida em que não havia dinheiro para isso. Haveria se que o Estado tivesse feito uma reforma tributária e uma reforma política que permitissem realmente que os ricos pagassem mais em termos de impostos, porém, isto não foi feito, visto que esses governos se comprometiam com um sistema neoliberal. Esse modelo não tolera a tributação da classe empresarial, da burguesia e, muito menos, da classe bancária e do sistema financeiro, que tem capacidade de colocar suas fortunas em paraísos fiscais, em *offshores*, privando os Estados de tributar rendimentos que seriam absolutamente cruciais para manter a saúde pública, a educação, as infraestruturas, os transportes, entre outros. Diante dessa situação, os sistemas entraram em crise e a instabilidade.

Penso que o fato de o sistema político eleitoral ser um sistema oligárquico com uma componente político eleitoral extremamente deficiente que permitem coalizões contra natura. Isso acontece porque no Brasil e em outros países da América Latina, os cidadãos tem oportunidade de votação direta unicamente nas eleições para Presidente da República, mas temos os partido, com os quais o presidente deve fazer coligações ou coalizões para governar. Devido à fragmentação e ao caráter

oligárquico dos partidos, essas coalizões implicam em rearticulações complicadas, feitas através de negociações por vezes feitas entre partidos com opções políticas totalmente distintas e que tornam o poder extremamente heterogêneo. Desse modo, a heterogeneidade do governo e da governança em geral, devido às políticas de coalizão, é também um fator de instabilidade destes sistemas.

Outro fator que poderíamos acrescentar é que o sistema eleitoral permitiu que o dinheiro pudesse falar mais alto dentro do sistema, isto é, que houvesse uma influência muito grande do dinheiro nas campanhas eleitoras dos partidos. Essa influência, de alguma maneira distorceu parcialmente as intenções dos cidadãos, na medida em que manipulou-se a opinião pública. Isso também não favoreceu uma transparência do sistema, uma vez que todo o dinheiro que entrou nessas campanhas acabou por manipular a opinião pública a favor de certas agendas e certos candidatos.

E, por último, se quisermos juntar a tudo isso, como fator de instabilidade, os próprios meios de comunicação que, aqui na América Latina, são os grandes partidos da oposição a qualquer governo progressista, a qualquer ideia de transformação

social. Inclusive não estamos falando de socialismo, estamos falando de uma democracia com direitos sociais como garantia de bens públicos, de educação, de saúde, de proteção dos recursos naturais. Também, não foi possível de nenhum modo a estabilidade do sistema, porque, no momento em que esse deu algum sinal de fragilidade, ela foi amplificada através de uma intervenção massiva, hostil, grotesca, grosseira, surpreendente e radical por parte dos meios de comunicação mais influentes. Tais meios realmente tomaram uma posição extremamente clara e extremamente agressiva contra a normalidade democrática, que era o cumprimento do mandato da presidente Dilma e, naturalmente, se esse mandato não fosse devidamente cumprido, perder as eleições seguintes.

Esses são fatores que não se aplicam da mesma forma dentro de todos os países. Concentrei-me em pouco mais em casos latino-americanos e no caso brasileiro, em específico. Porém, acho que há ainda um outro fator, que é um fator internacional. Houve, obviamente, uma interferência externa no processo político brasileiro, no sentido de desestabilizar o sistema democrático e essa influência estrangeira veio dos Estados Unidos. Não estou dizendo que essa interferência veio

do governo americano, mas de interesses econômicos fortes nos Estados Unidos, que tem tido atualmente um papel extremamente agressivo na condução, na influência da própria democracia norte americana e que talvez agora não se queiram limitar apenas à política interna e estejam se internacionalizando, e a interessando-se pela política externa, e, por conseguinte, influenciando e a interferindo nos processos democráticos noutros países do mundo de forma que eles sejam alterados para atender a seus interesses. No caso do Brasil, é conhecida a influência dos célebres Irmãos Koch<sup>1</sup>, que são grandes industriais do petróleo e de outras áreas com influência extraordinária nas políticas conservadoras dos Estados Unidos. Eles financiam campanhas políticas a favor de suas próprias agendas políticas e tiveram envolvimento em alguns movimentos contrários a presidente Dilma.

Portanto, houve aqui todo um conjunto de circunstâncias, diferentes daquelas que nos anos 1960 levaram à ditadura. Essas não levaram à ditadura,

<sup>1</sup> Os irmãos Chales e David Koch são empresários e industriais norte americanos. São sócios e possuíam em 2015 um patrimônio estimado de 42,9 bilhões de dólares cada um. Antônio Costa, em matéria escrita para a Carta Capital, aponta conexões entre os irmãos Koch e o Movimento Brasil Livre –MBL– por meio do Chales Koch Institute. Outra fonte interessante de informações sobre os irmãos Koch é o documentário “Koch Brothers Exposed” (2014).

mas sim a uma alteração do processo democrático e a uma anomalia democrática profundamente danosa: foi um golpe institucional que se deu e que levou à criação dos sistemas interesse que encontramos nesse momento no Brasil, num certo embate institucional, sem saber aonde vai o sistema político.

**REVICE: Como o senhor avalia as medidas de austeridade, como as que pretende adotar o Brasil, com o congelamento de gastos públicos, impactando direitos sociais como saúde, educação e assistência social? Em sua opinião, o que esse tipo de medida representa em termo de democracia participativa, movimentos sociais e respeito aos direitos humanos?**

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** As políticas que estão sendo implementadas só surpreendem pela rapidez e pela agressividade com que foram tomadas. Elas são aceitas como normais por toda a política neoliberal em todo mundo, quando o neoliberalismo consegue, por uma ou outra razão, ter um protagonismo político maior. O caso da Europa, por exemplo, sobretudo se analisarmos as políticas de austeridade que tivemos depois da crise de 2008, e que acabou, de alguma maneira, de

se transmitir à Europa, por meio da Grécia, depois também à Portugal e à Espanha, nós fomos também vítimas da aplicação das políticas de austeridade exatamente do mesmo tipo daquelas que estão a ser aplicadas aqui no Brasil, com corte nas despesas públicas, despesas sociais, uma intenção bastante clara de privatizar tudo o que é público, de eliminar direitos, de reduzir salários e pensões e de privatizar os sistemas. É a receita neoliberal. Esta receita que deve ser aplicada em todo o mundo, em qualquer país em dificuldade, aplicando-a como condicionalidade por parte do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Aqui nem sequer foi necessário isso porque as elites locais com os apoios internacionais assumiram o poder, vieram e estavam preparadas efetivamente para todas essas políticas. O que me surpreende, no Brasil, é a forma como essas políticas foram aplicadas tão rapidamente e tão agressivamente após a consolidação do golpe.

Tudo leva a crer que, ao contrário das forças de esquerda que estavam no governo e aparentemente duvidavam de qualquer processo de instabilidade, a oposição estava bem organizada. Exemplo disso é que já haviam preparado anteriormente os textos de algumas medidas provisórias que, como se sabe, foram publicados no



dia seguinte ao golpe. Essas vinham sendo produzidas em escritórios de advogados ou em outras instâncias de consultoria, no Brasil e fora do Brasil. Foram preparadas dentro da mesma lógica que vem sendo operada em outros países, de maneira a afetar, obviamente, todas as classes populares, fundamentalmente aquelas que tinham se beneficiado com as políticas de redistribuição do Estado. Portanto, não é de se surpreender que, imediatamente, os níveis de pobreza aumentem no país, como foi o caso da Argentina do residente Macri. No caso argentino, também foi tudo muito rápido. Foi praticamente instantânea a aplicação das novas medidas, mas o presidente Macri, de alguma maneira, ganhou as eleições. Não foi o caso aqui. Aqui houve um golpe.

Mas, de todo modo, é o mesmo sistema que afeta, obviamente, as classes populares, como vamos notar, como está sendo notado. Todas as medidas que vão sendo tomadas dirigem-se sempre no mesmo sentido de corte e de eliminação dos direitos sociais. Defendem um subcontratação, a terceirização como se chama aqui, no sentido, dos direitos trabalhistas, para afetar o sistema da previdência pública, vem-se com a ideia de que ela tem de ser reformada pela privatização, como sempre disseram

em todos os países. Nós já vivemos isso. Em Portugal, por exemplo, também reformamos a previdência. Primeiro veio um governo conservador que afirmou que a única solução para a previdência era a privatização. Depois, de fato, conseguimos resolver o problema da previdência pública mantendo seu caráter público na previdência social e no sistema de pensões. O que temos hoje no sistema é um governo de esquerda, em Portugal, que está a procurar uma política contrária à austeridade do neoliberalismo, com muita moderação e com muito cuidado, mas de todo modo uma política alternativa, mostrando, aliás, que há alternativas.

Estas que estão aí, no Brasil, obviamente são feitas com muita rudeza, foram preparadas com muita antecedência, estavam bem planejadas, tem objetivos absolutamente seguros do que querem atingir e sabem que para isso vão ter que recorrer à violência policial e à criminalização do protesto social. É o que estamos assistindo com grande preocupação nas manifestações que acontecem e essa violência vai continuar.

**REVICE: Ainda falando do Brasil, em sua análise e de acordo com o atual contexto,**

**como poderia ser feita uma reforma política que não inviabilize ou desvalorize aqueles que sofrem sistematicamente com as injustiças provocadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado? E principalmente que se sustente a longo prazo?**

Bem, eu penso que estavam se fazendo algumas reformas e as ações afirmativas, por exemplo, foram muito importantes neste país, dando provas de grande resiliência, de uma capacidade de auto sustentação para transformar a paisagem demográfica das universidades, da educação e também das educações especiais para indígenas e para populações quilombolas. Portanto, houve muitas destas medidas que foram parte, de fato, de uma reforma política, num sentido amplo, digamos assim, de uma sociedade mais democrática e como condição de um Estado mais democrático.

O que acontece é que, para sua sustentabilidade, evidentemente, deveríamos ter um Congresso que refletisse efetivamente a diversidade das opiniões dos brasileiros. E no Congresso brasileiro hoje não reflete os interesses, as opiniões e as convicções do povo brasileiro. O Congresso hoje é dominado por Bíblia, por bala, por quem quiser, por

boi, os 3 "B". É dominado, efetivamente, por interesses da agroindústria, por interesses evangélicos, também do crime organizado e, naturalmente, dos interesses internacionais – que estão muito interessados que os recursos naturais do Brasil sejam postos nos mercados internacionais. Haviam, nitidamente, interesses no mercado internacional. Aliás, a intervenção externo é a razão pela qual digo que há fortes suspeitas da participação dos irmãos Koch na crise brasileira pelo fato deles estarem muito interessados no setor energético e por hoje vemos empresas norte americanas com participação no Pré-Sal.

A reforma política deveria dar mais transparência ao sistema, porém, há muitas divisões no Brasil acerca do que deveria ser feito. Alguns falam inclusive a respeito de uma reforma constituinte. Eu penso que, neste momento, uma nova Assembleia Constituinte seria eventualmente "pior emenda que o soneto", como dizem em Portugal, porque a Constituição brasileira é muita rica em direitos sociais que podiam ser postos em prego. Deveria haver alguma reforma política que eliminasse a influência dos interesses econômicos do sistema político e que controlasse os fenômenos da corrupção. Ou que, por exemplo, permitisse a existência de



prévias [eleitorais] em que diferentes partidos tivessem que consultar os seus militantes e seus simpatizantes na escolha dos candidatos com lista fechadas. Assim, as pessoas sabem que vão votar em A, B ou C depois de, em processos de prévias, terem sido escolhidos os melhores ou as melhores, enfim, aqueles que representem a este ou aquele partido. Há muitas coisas que podem ser feitas e é evidente que a própria estrutura do Congresso reflete um pouco a estrutura oligárquica que vem desde o tempo colonial e que permitiu que o Nordeste tivesse uma presença muito forte dentro da política brasileira. Portanto, há muitos aspectos da reforma política deveria abranger, à muitas áreas em que isso pode ser feito, como no sentido de fortalecer a institucionalidade do país ou ao próprio sistema judiciário.

Neste momento, eu acho que, independentemente de uma reforma política, o que é preciso é defender as conquistas que se realizaram e se traduziram em direitos sociais, em interesses econômicos e interesses interculturais e que não devem voltar atrás. Diferentemente, está se anunciando um retrocesso de 20 ou 30 anos numa série de direitos sociais, econômicos e culturais extraordinários. E, a mim, como sociólogo, surpreende-me ver como esse retrocesso é possível

tão rapidamente depois de verificarmos vários anos em que os movimentos sociais pareciam fortes. Este é um País onde se realizou o Fórum Social Mundial onde “um outro mundo era possível” e, de repente, de um período para outro, tudo isso parece cair como se fosse um castelo de cartas que estava suspenso no ar e que não tinha, de fato, nenhum apoio popular, mas tem. Só que a população que depende desse programa está praticamente em estado de choque, relativamente desarmada e incapaz de atingir uma comunicação social, as mídias, que bombardeiam na televisão todos os dias por 4 ou 6 horas uma leitura social que não é correta sobre a sociedade brasileira.

**REVICE: Em seus estudos e pesquisas, o senhor introduz conceitos inéditos como Estado experimental, experimentalismo constitucional e demodiversidade. O senhor pode explicar esses conceitos e ainda exemplificar com experiências criativas, inclusive na América Latina? Poderia ainda dizer como o Fórum Social Mundial se conectaria com esses conceitos?**

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** É claro que esses textos foram escritos numa conjuntura em que provavelmente

eu estava mais otimista acerca das transformações políticas que estavam em curso e da sua sustentabilidade.

Penso que, em termos da *demodiversidade*, eu não tenho dúvidas que a América Latina foi e ainda hoje é um campo de experiências extraordinárias. Foi aqui, de alguma maneira, que se consolidou, mais do que em qualquer outra região do mundo, a articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Eu acompanhei o processo desde 1989, quando escrevi o orçamento participativo em Porto Alegre, que depois copiado em todo o País, na América Latina e no mundo, inclusive na Europa. Depois, vieram os conselhos setoriais, que também foram uma forma de democratizar as políticas públicas até o nível nacional. Acompanhei particularmente de perto os conselhos na área da saúde, que permitiram também a ampliação da saúde intercultural para as populações indígenas, entre outras, ainda com limitações, com problemas, mas constando uma democracia que se desdobrou no sentido de apresentar diferentes formas de deliberação democrática, representativa e participativa. No caso da Bolívia, inclusive, juntou-se um terceiro tipo, que é uma democracia comunitária, uma democracia indígena que está consignada

na Constituição da Bolívia e que é uma forma de democracia que não funciona por votações, funciona por consenso. Portanto, três formas de democracia as quais chamo de *demodiversidade* e penso que essas três formas de democracia direta, comunitária e participativa, representativa, são fundamentais hoje na sua articulação para dar sustentabilidade a qualquer forma democrática.

Eu penso que a democracia representativa está hoje tão sequestrada por interesses antidemocráticos e por antidemocratas, que realmente ela não resiste à pulsão ditatorial em que estamos neste momento. Nós estamos a passar uma transição sutil, mas grosseira ao mesmo tempo, da democracia para uma ditadura informal. Não é uma ditadura monopartidária, mas uma ditadura de outro tipo, em que os interesses oligárquicos estão cada vez mais fortes. Portanto, a *demodiversidade* é um conceito que visa à articulação de diferentes formas de democracia, possibilitando que mais grupos sociais intervenham, intervenham sobre matérias diferentes, cada vez mais amplas, livre ação; de modo que os camponeses, indígenas ou quilombolas tenham temas e problemas que são diferentes das culturas urbanas e que, portanto, a necessidade é ampliar as áreas

de livre ação e de fazer da maneira mais adequada. Assim, eu penso que não é por votação, mas pode haver democracia em termos de aquilo que eu chamo fundamentalmente, do que é democracia: é a transformação de formas desiguais de poder em formas de autoridade partilhada. A *demodiversidade* é exatamente isso.

O *Estado experimental* é um também emanção disso. É um Estado que, pela sua formulação, através do advento do que chamamos de Estado pós-Westfália – que é um Estado moderno, um Estado nação, um Estado monolítico, um Estado monocultural, um Estado burocrático, um Estado que não admite pluralismo institucional – passa à aceitação de uma certa heterogeneidade, de uma certa diversidade. Por exemplo, quando países como Colômbia, Bolívia, Equador, aceitam o que nós chamamos de pluralismo jurídico, isto é, quando num mesmo sistema político de um país que tem um sistema de direito, uma ordem jurídica uma mas não é unificada no sentido de ser monolítica, de forma que abre espaço para os direitos indígenas, para as jurisdições indígenas, permitindo que os povos indígenas administrem a justiça de acordo com seus próprios usos e costumes, elejam seus próprios caciques, apesar de não serem as formas eurocêntricas do estado moderno. Isto é

que um *Estado experimental*. Experimenta com a diversidade, experimenta com a heterogeneidade e tenta lhe dar obviamente uma tradução.

**REVICE: Observamos, na teoria e prática democrática, algumas ações contra-hegemônicas de democracia, em especial em níveis locais. Em sua opinião, é possível elevar essas ações a níveis estaduais ou globais? De que maneira?**

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** É uma das dores mundiais, é uma das grandes questões hoje do sistema político democrático. Nós, de fato, temos uma barreira em muitas destas inovações que é a barreira da escala. Isto é, nós conseguimos que em um certo nível haja muita inovação, em casos da democracia participativa dos municípios, por exemplo, mas foi muito difícil fazer um orçamento participativo da União. É fácil de fazer de uma cidade é quase impossível fazer um a nível da União, não que fosse impossível. Aliás, um deputado, que nem sequer é do PT, é do PMDB, o deputado Pedro Simon que durante muito tempos quis agendar uma reforma do orçamento a nível da União por via participativa. É uma questão de engenharia política, mas que

exige uma reforma do sistema político, porque o sistema político que temos atualmente não há uma perda total de ideologia para além da corrupção, para além da espetacularização da política que é basicamente um espetáculo midiático entre técnicos rivais da comunicação social que manipulam candidatos numa ou noutro sentido. É inviável fazer uma reforma política, porque não há uma vontade política de fazer, nem mesmo nesses últimos treze anos houve vontade de fazer uma reforma política. Houve um momento em que ela teria sido possível, no momento em que em seu primeiro mandato, o presidente Lula, com grande aceitação, com uma mobilização social extraordinária, com um País diferente, criou ali uma alternativa ao domínio dos Estados Unidos ou da Europa e assumiu destinos inclusive do setor dos países menos desenvolvidos, a criar como foi a questão dos BRICS. Naquele momento, sim, havia força para fazer reforma política. Não se aproveitou essa oportunidade, e hoje é muito difícil fazê-la.

**REVICE: É pertinente dizer que há uma deterioração das instituições? Uma ideia de que a democracia foi derrotada pelo capitalismo e as ruas e praças viraram**

**palco fértil para manifestações?**

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** Sem dúvida, acho que estamos a entrar num período em que as instituições foram sequestradas por interesses que fazem com que as instituições não estejam a serviço para que foram criadas. A pouco, falávamos do Parlamento e se o Parlamento não reflete os interesses da maioria dos brasileiros, nem das brasileiras – porque é isso que deveria ser devido às instruções do sistema político e eleitoral – obviamente, que as instituições não estão cumprindo os objetivos para que foram criadas. Nessa altura, a democracia tem um outro instrumento que é perfeitamente democrático que são as manifestações e os protestos pacíficos, que são instrumentos de luta, como sempre foram. Temos exemplos extraordinários de como a democratização e a descolonização da Índia deve-se, em grande medida, a um homem 100% pacifista, Mahatma Gandhi, que através dos protestos e das manifestações, conseguiu efetivamente transformar as faces do país por essas formas de mobilização.

Hoje a democracia tem que ser defendida nas ruas e tem que ser defendida fora das instituições. Aliás, muitas medidas que hoje estão pendentes, inclusive nos

tribunais, são por entender que elas terão uma solução ou outra consoante houver ou não pressão popular para que a direção das decisões seja aquela que mais favorece os interesses das classes mais vulneráveis, populares que mais dependem das políticas sociais do Estado.

**REVICE: Como o senhor vê essas questões relacionadas aos diferentes tipos de fascismo que trabalha no livro "Poderá o direito ser emancipatório" e devido às confirmadas e recorrentes fragilidades dessas instituições às quais a gente se referiu agora como conceber um direito emancipatório que tenha base na própria instituição?**

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** É possível, esse texto que, aliás, está num outro livro, *As bifurcações da ordem*, eu continuo a subscrever esse texto porque o Direito é um campo de disputa. Os textos que nós analisamos, os casos que analisamos, inclusive aqui no Brasil, em conversa com uma aluna que está a trabalhar comigo, Flávia Carlet, uma advogada popular, nós estudamos os casos em que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) utilizou o direito para legalizar assentamentos e para

poder terem algumas conquistas jurídicas. Não é a primeira vez, que os movimentos das mulheres, os movimentos indígenas, os movimentos quilombolas usaram muitas vezes o sistema jurídico para poder consolidar vitórias sejam vitórias territoriais, sejam vitórias no sistema produtivo, seja na Lei Maria da Penha, ou seja tanta coisa que foi conseguida através de lutas jurídicas. Obviamente que isto está na agenda, só que se tornou muito mais difícil na medida em que as instituições, através dos quais o direito vai ser acionado, e elas são fundamentalmente o próprio Parlamento ou os sistemas judiciários e as próprias são sequestradas por interesses antiemancipatórios e, eventualmente, antidemocráticos. Nessa altura, põe-se em risco efetivamente o caráter emancipatório do Direito, mas não é só isso que se põe em risco, põe-se em risco a própria democracia. Portanto, eu penso que quanto mais frágeis forem as instituições, enquanto elas forem mais vulneráveis à voracidade dos interesses econômicos que querem que as instituições estejam ao seu serviço e não querem aceitar a incerteza das instituições democráticas, que é fundamental, é muito difícil que o direito seja emancipatório. Isto é, façam uma eleição, não sabemos quem é que vai ganhar, e o que nós temos é a certeza dos

processos eleitorais, que devem ser certos, tem que ser rigorosos, haver cerceamento, etc., Nesse momento, manipulam-se os processos para torna-los mais incertos a fim de que os resultados sejam certos. Ou seja, o que se garante é que seja eleita aquela pessoa que a gente quer, isto é manipulação, isto é fraude, isto é corrupção, isto é destruição da democracia. Mas, não podemos de modo nenhum, na nossa memória sobretudo num tempo em que não temos outros instrumentos, não está na agenda a revolução social, não está na agenda uma ruptura política abrupta com este sistema, nós temos que usar as armas que temos, os instrumentos que temos e estes instrumentos são o uso contra hegemônico do direito e uma radicalização, um aprofundamento da democracia, de uma democracia de baixa intensidade contra uma democracia de alta intensidade exatamente através dos exercícios da *demodiversidade*, aquilo que eu hoje digo que é preciso revolucionar a democracia e democratizar a revolução. É nessas bases que eu penso que nós podemos voltar dar viabilidade prática às ideias que continuam válidas mas são as mais difíceis do caráter emancipatório do Direito potencialmente emancipatório.

**REVICE: Já há alguns anos temos vivenciado momentos de forte movimentação social no mundo, incluindo protestos e revoltas. O senhor considera que essa explosão de movimentos insurgentes no mundo desde 2011, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, nos EUA, os indignados no sul da Europa, o movimento contra a fraude eleitoral no México, o movimento estudantil no Chile e também os protestos no Brasil, possuem correlação com outros movimentos históricos, tais como a Revolução Bolchevique, que completa 100 anos esse ano, ou com os movimentos revolucionários de 1968? O que fundamentalmente caracteriza essa nova onda de movimentos sociais?**

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS:** Esses movimentos são muito heterogêneos, e chamo atenção para a sua diversidade. Os movimentos da Primavera Árabe eram movimentos que procuravam, sobretudo instaurar processos democráticos, digamos assim, que não existiam nestes países, uma vez que estavam sujeitos a sistemas ditatoriais, de um ou de outro tipo, da Tunísia ao Egito. Enquanto o Movimento *Occupy* dos Estados Unidos e o Movimento Indignados da Espanha ocorriam em processos democráticos e eram justificavam-se sobretudo na grande frustração com uma democracia que se



deixava sequestrar pelos antidemocratas, que se deixava dominar pelos interesses dos poderosos em detrimento dos interesses das classes populares e das grandes maiorias. Portanto, são agendas muito distintas.

Aqui no Brasil é uma situação intermediária, porque ela ocorre fundamentalmente dentro de um contexto de uma sociedade que vinham se democratizando e que, a certa altura, entra em crise, relacionada também à crise das *comodities* e dos preços internacionais, mas que será imediatamente aproveitada pela direita, a qual utiliza a rua não para promover a democracia, mas para destruir a democracia que estava. Assim, nós não podemos ter uma visão romântica dos movimentos e dos protestos de 2013 no Brasil, como se todos tivessem a mesma cara política. Não tinham o mesmo caráter político. Houve movimentos que obviamente eram de caráter emancipatório e com agendas extremamente interessantes, como o Movimento Passe Livre, que procurava de fato democratizar e melhorar a vida dos trabalhadores, mas que foram ao mesmo tempo apropriados por forças da extrema direita que estavam interessadas que este governo popular e mais inclusivo, que tinha sido protagonizado pelo presidente Lula e

depois pela presidente Dilma, entrasse em colapso pelo fato de ter afinal conquistado as últimas eleições. Portanto muito heterogêneo.

Em geral, podemos dizer que estes movimentos têm muitas diferenças em relação aos movimentos históricos que acabou de mencionar e não só em relação aos movimentos históricos da Revolução Russa porque aí eram partidos e esses já não eram de partidos eram de movimentos, movimentos iguais aos de Maio de 68, aos movimentos que depois constituíram aqui na América Latina e estiveram na base do Fórum Social Mundial. Porque estes movimentos têm mais consistência, tem uma agenda, atuam muitas vezes dentro das instituições, têm uma certa ideologia, são normalmente monotemáticos: é o direito dos indígenas, o direito das mulheres o direito dos quilombolas, dos direitos da economia solidária, os direitos humanos e etc. E estes outros movimentos não tem essa consistência, nem sequer organizativa, tem uma grande influência do anarquismo nesse sentido. Não visam a uma agenda muito específica, visam fundamentalmente estabilizarem-se numa situação que veem que é profundamente antidemocrática e, portanto, é uma afirmação, é um grito, digamos assim de reivindicar uma outra sociedade mas

sem entrar nas direções políticas que são necessárias para isso e, por isso, também não foram movimentos que tiveram muitas vezes grande êxito. Também é diversificado, o Movimento *Occupy* desapareceu praticamente, o Movimento Indignados na Espanha logrou um certo êxito por parte dele e veio a consistir na criação de um partido de esquerda interessante novo que é o Podemos. Também no Chile, o movimento estudantil foi extremamente exitoso e tem contribuído para mudar as políticas de educação no Chile. No caso da Primavera Árabe o único movimento que teve alguma êxito foi o Movimento Tunisiano. Na Tunísia hoje temos uma democracia, que com todas as dificuldades e com muitas dificuldades em particular, por ser um dos países em que há um grande recrutamento pró-radicais *jihadistas*, mas que tem conseguido pelo menos fazer alguma transformação democrática. Agendas diferentes, resultados diferentes, mas obviamente também a expressão de crise das formas de mediação política que vinham do século XX e que nós vínhamos acompanhando: eram os partidos e eram os movimentos sociais.

Portanto, essas movimentações, as quais eu chamo de *presenças coletivas*, porque não são, muitas vezes, sequer movimentos. Eles vão e vem, desaparecem,

são figurantes, são marchas, possuem uma instabilidade total, alguns não tem sequer porta-vozes, não querem ter uma agenda política – como foi o caso do *Occupy*. Portanto são uma outra figura, mas que, ao meu entender, é a maneira atual da expressão de muitos jovens e de sua vontade de politização. Os jovens não são despolitizados e querem outra forma de politização e falamos delas e não falamos de outras formas políticas com as quais eu trabalho com muito interesse e há muito tempo, que são os *rappers* e o *hip hop*.

O *hip hop* é hoje uma das formas de politização dos jovens em todo o mundo e aqui no Brasil também. É uma forma de expressão de que as mediações políticas existentes, sejam os partidos, sejam os movimentos, não são suficientemente atrativas para os jovens. Mas os jovens tem essa intenção, essa punção de participar da vida política através das suas formas artísticas, como o *grafite*, o *funk*, o *hip-hop* e, no meu entender, tudo isso faz parte das manifestações políticas e devem ser consideradas como tais em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Antônio Luiz M. C. Quem São os irmãos Koch? **Carta Capital**, 23 mar.2015. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017

**The Koch Brothers Exposed**. Direção: Robert Greenwald. Produção: Robert Greenwald e Juim Miller. Estados Unidos, Brave New Films, 2014. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=G7dhitDXXEY>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

**Edição Geral:** Jacqueline Ferreira Torres

**Entrevista:** Jacqueline Ferreira Torres, Helena Carvalho Coelho e Zirlene Lemos.

**Gravação:** Jacqueline Ferreira Torres, Sabrina Carozzi Bandeira e Zirlene Lemos.

**Transcrição:** Zirlene Lemos.

**Revisão:** Amós Silvestre dos Reis e Isabela Antônia Rodrigues de Almeida.



**REVICE - Revista de Ciências do Estado**  
ISSN: 2525-8036  
v2.n.2 AGO-DEZ.2017  
Periodicidade: Semestral

[seer.ufmg.br/index.php/revice](http://seer.ufmg.br/index.php/revice)  
[revistadece@gmail.com](mailto:revistadece@gmail.com)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Instituições democráticas em risco: a América Latina e o futuro da luta social.  
Data da entrevista: 26/04/2017

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:  
SANTOS, Boaventura de Sousa. Instituições democráticas em risco: a América Latina e o futuro da luta social. In: **Revice** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 443-459, ago./dez. 2017. Entrevista concedida a J. F. Torres, S. C. Bandeira e Z. Lemos.